

Requerimento

A rede regional de abate é essencial para a obtenção de mais e melhores proveitos para os produtores de carne dos Açores. Só com os Matadouros da Região em pleno funcionamento e com boas instalações podem os produtores açorianos obter mais rendimentos.

Tendo em conta o crescimento da produção de carne, com um registo de cerca de mais 4 mil abates em 2017 comparativamente com o ano anterior na ilha de São Jorge, o atual Matadouro daquela ilha tem evidentes limitações em expandir as suas instalações.

Tendo em conta a importância económica que a agricultura tem na Ilha de São Jorge, a Representação Parlamentar do PCP considera ser urgente que o Governo Regional intervenha numa solução célere para dotar a Ilha de São Jorge de um Matadouro que responda ao crescimento de abates realizados.

O maior desafio da fileira da carne em São Jorge passa por exportar o mais possível a carne pronta a ser consumida e apostar na certificação do Matadouro, sendo essencial a melhoria dessa infraestrutura para elevar o setor da carne de São Jorge para outros patamares.

No mês de Dezembro secretário Regional da Agricultura e Florestas do Governo dos Açores garantiu à Associação de Agricultores de São Jorge que o novo matadouro da ilha será construído na próxima legislatura, recorrendo aos fundos europeus do próximo quadro comunitário. E no passado mês de Janeiro o Presidente do Governo Regional veio a afirmar a mesma coisa, ao qual ainda acrescentou “(...) que a construção do matadouro é, assim, uma decisão já tomada, sendo agora o seu projeto submetido à análise dos parceiros desta área de São Jorge.”. Já estamos no

final de junho e os jorgenses ainda não tiveram conhecimento de qualquer avanço sobre este investimento.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita com urgência ao Governo Regional a resposta às seguintes questões:

1. O projeto já foi submetido à análise dos parceiros desta área em São Jorge?
2. Se a resposta for positiva, já foi analisado? Qual o parecer dos parceiros ?
3. Que ações já foram devidamente realizadas para concretizar esse investimento?
4. Qual é a duração prevista para esta construção, após aprovação da verba do quadro comunitário ?

Santa Cruz das Flores, 30 de junho de 2020

O Deputado do PCP Açores



João Paulo Corvelo